PROGRAMA DE LUTA: ELEIÇÕES 2026

Partido da Causa Operária
Governador: Bruno Andrade Dia (PCO)
Vice-governador: Jair Fernandes (PCO)

Por salário, trabalho e terra:
Revolução, governo operário e comunismo.

1. O PCO NÃO PARTICIPA DAS ELEIÇÕES PARA FAZER PROMESSAS

Para o Partido da Causa Operária, as eleições são uma tribuna (e apenas mais uma) de propaganda das reivindicações fundamentais da população explorada, principalmente o socialismo e o governo operário, e para defender a organização dos trabalhadores, pois as conquistas do povo trabalhador não virão pelo voto, pelo discurso demagógico dos políticos da burguesia, mas pela luta do povo trabalhador e de suas organizações.

Para o PCO, as eleições são um terreno secundário da luta da classe operária e dos explorados, que só podem conquistar seus objetivos fundamentais por meio da sua organização e mobilização revolucionárias.

Para nós, a participação da classe operária e do partido operário nas eleições é obrigatória como parte do desenvolvimento político das massas, que somente podem superar o atual regime político, que é uma ditadura dos bancos e do grande capital da cidade e do campo (latifundiários) contra a imensa maioria do povo, por meio da experiência prática.

Apresentamos nas eleições o mesmo programa de luta que defendemos nas lutas gerais dos explorados, um programa próprio da classe trabalhadora, visando sua emancipação da escravidão do capitalismo, por meio da revolução e da conquista de um governo próprio dos trabalhadores, um governo das organizações operárias, camponesas e de todos os setores explorados.

O abstencionismo eleitoral é uma política sectária.

A abstenção no atual processo eleitoral, por mais fraudulento que seja, equivaleria a abandonar a luta para arrancar os trabalhadores e a juventude da influência nefasta da política burguesa e de colaboração de classes; significa não lutar para superar ilusões no mecanismo parlamentar e na crença absurda de que é possível transformar minimamente a vida do povo trabalhador por meio de eleições fraudulentas e controladas pelas alas mais reacionárias do grande capital.

Nosso Partido comparece às eleições tendo como lema central a defesa da Revolução, do Governo Operário e do Comunismo.

2. PONTOS CENTRAIS DO NOSSO PROGRAMA DE LUTA

2.1 Parar o roubo dos salários

A inflação, a cassação dos direitos trabalhistas e os juros exorbitantes vêm corroendo ininterruptamente o salário do trabalhador brasileiro, por isso é necessário um reajuste imediato dos salários e uma política de proteção dos vencimentos dos trabalhadores diante da inflação.

- Reposição integral de 100% das perdas salariais; aumento emergencial de 50% de todos os salários;
- Escala móvel dos salários, diante da escalada da inflação: aumento automático toda vez que o custo de vida do trabalhador subir 3%;
- Salário mínimo vital suficiente para atender às necessidades do trabalhador e de sua família (que hoje não poderia ser menor que R$7.500), deliberado pelas organizações operárias;
- Auxílio emergencial de verdade, Bolsa Família de pelo menos um salário mínimo, enquanto durar a situação de caos atual;
- Anulação de todas as dívidas dos trabalhadores com o sistema financeiro.

2.2 Reduzir a jornada e acabar com o desemprego

A burguesia tem criado mecanismos para que, diante do medo do desemprego, os trabalhadores aceitem a redução de qualquer garantia trabalhista que ainda lhes resta. Para acabar com o desemprego e gerar milhões de novos postos de trabalho, é preciso conquistar a redução da carga horária sem prejuízo dos salários.

- Redução da jornada de trabalho para o máximo de 7 horas por dia, 5 dias por semana (35 horas semanais): trabalhar menos para que todos trabalhem;
- Proibição das demissões; ocupação e controle dos trabalhadores sobre as empresas que demitam ou ameacem fechar;
- Salário-desemprego igual ao último salário recebido para todos os trabalhadores demitidos;

- Proibição de despejos e cortes de serviços essenciais (como água, luz, gás etc.) para todos os desempregados;
- Passe livre nos transportes para desempregados e trabalhadores da economia informal.

2.3 Revogar todas as "reformas" do golpe de 2016

Não bastam palavras. É preciso uma ampla mobilização que ponha fim à criminosa reforma trabalhista levada a cabo pelos golpistas e imponha o imediato restabelecimento de toda a CLT e o fim da terceirização, com direitos iguais para todos os trabalhadores.

- Cancelamento da "reforma" trabalhista, retorno e ampliação de toda a legislação de proteção dos trabalhadores;
- Em defesa das aposentadorias e pensões confiscadas com a reforma da Previdência;
- Revogar todas as "reformas" contra os trabalhadores da ativa e aposentados, em todos os níveis (federal, estadual e municipal);
- Aposentadoria, no máximo, aos 25 anos de trabalho para as mulheres e 30 anos para os homens;
- Cobrança das dívidas das grandes empresas com a Previdência, se necessário, com a tomada do controle dessas empresas pelo Estado;
- Imposto sobre as grandes fortunas para garantir os recursos necessários para as aposentadorias e pensões;
- Reajuste das aposentadorias e pensões, com reposição de 100% das perdas;
- Fim dos privilégios de oficiais militares, juízes e familiares;
- Gestão dos trabalhadores sobre os fundos previdenciários.

2.4 Cancelar as privatizações e a destruição da economia nacional

Todo o País sofre horrores por conta da entrega das empresas estatais ou do seu sucateamento, iniciada na famigerada era FHC. É preciso cancelar a venda do patrimônio do povo brasileiro e reestatizar todas as empresas entregues ao capital estrangeiro por verdadeiros lesa-pátria. E colocar toda a riqueza natural do Brasil e tudo o que foi construído com o suor dos trabalhadores a serviço do próprio povo.

- Unificar os trabalhadores das estatais para barrar com greves e ocupações as privatizações dos Correios, Petrobrás, CEF etc;

- Cancelamento de todas as privatizações realizadas (Eletrobrás, Vale, bancos, telefonia etc.);
- Nacionalização do petróleo, Petrobrás 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores, com eleição de todos os seus postos de direção pelos trabalhadores;
- Nacionalização e estatização, sem indenização, de todas as reservas minerais, refinarias etc. entregues aos tubarões internacionais;
- Colocar a riqueza do petróleo a serviço das necessidades do povo brasileiro, destinando-a à saúde e educação públicas, construção de moradias populares, obras de infraestrutura etc;
- Redução imediata do preço dos combustíveis em 50%. Fim da política de paridade com o dólar;
- Não à entrega das terras raras: criação de empresa estatal que controle sua exploração, comandada pelos trabalhadores, para garantir o uso dessas riquezas em favor do povo.

2.5 Fim da destruição dos serviços públicos e dos ataques ao funcionalismo

O ataque aos serviços públicos é parte fundamental da destruição da vida de todo o povo. É preciso lutar contra essa política de toda a direita e defender os direitos do funcionalismo, lutar contra a terceirização e o corte nos gastos públicos.

- Não ao fim da estabilidade dos servidores públicos;
- Mais verbas para a saúde e educação e demais serviços essenciais;
- Fim do teto de gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Abaixo o congelamento de gastos públicos decretado no governo Temer;
- Contra as terceirizações; estabilidade imediata para todos os servidores contratados precariamente, com isonomia de direitos e salários;
- Pela realização de concursos públicos periódicos para repor o quadro de servidores.

2.6 Reforma agrária com expropriação do latifúndio e demarcação das terras dos índios

O latifúndio mata de fome e de bala milhares de brasileiros. É urgente a luta pelo fim dos latifúndios e o direito à terra para todos que nela trabalham; o fim da perseguição e a garantia das terras e condições dignas de vida para os índios.

- Assentamento imediato dos milhões de sem-terra acampados em todo o País;
- Demarcação e posse da terra para todos os índios das retomadas; expulsão dos latifundiários que invadiram as terras dos índios;
- Ocupar o latifúndio para garantir terra para quem nela more e trabalhe, e a produção de alimentos para toda a classe trabalhadora;
- Punição dos latifundiários e outros responsáveis pelo assassinato dos trabalhadores e lideranças da luta pela terra;
- Direito de autodefesa e armamento para os trabalhadores do campo e índios.

2.7 Fim da especulação, moradia para todos

É preciso acabar com a especulação imobiliária, com os gigantescos lucros de um reduzido grupo de grandes proprietários, enquanto milhões não têm sequer onde morar.

- Expropriação dos imóveis vagos dos especuladores do mercado imobiliário;
- Proibição de despejos e desocupações;
- Elaboração de um plano nacional de construção de milhões de moradias populares, para garantir habitação digna para a população e gerar milhões de empregos, sob o controle dos trabalhadores.

2.8 Barrar a destruição da educação e conquistar ensino público, gratuito e de qualidade

A educação deve ser garantida para todo o povo. Para isso, é preciso lutar pelo fim da política de destruição do ensino público levada adiante pelos tubarões do ensino privado e seus lacaios nos governos.

- Abaixo a ditadura nas escolas e a perseguição aos professores e estudantes; eleição direta de todos os postos de gestão;
- Mais verbas para a educação; verbas públicas somente para o ensino público;
- Revogação de todas as “reformas” do regime golpista contra a educação e o ensino público;
- Fim dos vestibulares. Livre ingresso nas universidades;
- Piso salarial nacional dos professores de, pelo menos, R$8,5 mil;
- Escolas e Universidades sob o controle da comunidade escolar: eleição dos diretores e

de todos os postos de direção nas escolas; governo tripartite (estudantes, professores e funcionários) nas Universidades;

- Jornada de trabalho dos professores de no máximo 30 horas semanais;
- Estatização do ensino pago;
- Abaixo a censura; fim da proibição do uso de celulares nas escolas.

2.9 Fim do lucro com a doença: saúde pública e gratuita, sob o controle dos trabalhadores

A destruição sistemática do SUS e o avanço da privatização da saúde aumentam o sofrimento e as mortes, enquanto geram gigantescos lucros dos mercadores dos planos de saúde, hospitais e empresas. É preciso lutar pelo fim da política de destruição da saúde pública pelos mercadores da doença e seus governos.

- Mais verbas para a saúde pública. Não pode haver limite nos gastos para salvar a vida do povo;
- Plano de emergência para construção de hospitais e postos de saúde em todo o País;
- Volta do programa Mais Médicos e validação imediata de todos os diplomas de médicos brasileiros e estrangeiros residentes no País;
- Abertura imediata de centenas de cursos de medicina, enfermagem etc. com livre acesso (sem vestibular!) nas universidades públicas, para suprir a falta de profissionais;
- Piso salarial de R$8 mil para os profissionais da saúde.

2.10 Abaixo a repressão: liberdade de expressão e direito de autodefesa

É preciso acabar com a cassação dos direitos democráticos de todo o povo, com a verdadeira ditadura que é o controle dos meios de comunicação por meia dúzia de famílias e com o massacre do povo negro, dos jovens e trabalhadores, com as mais de seis mil mortes por ano provocadas pela polícia em todo o País, em uma verdadeira guerra contra o povo pobre.

- Dissolução da polícia militar e de todo o aparato repressivo;
- Direito de autodefesa dos trabalhadores da cidade e do campo;
- Formar comitês de autodefesa dos trabalhadores da cidade, do campo e das comunidades de índios;

- Acabar com a ditadura do "PIG" ("Partido da Imprensa Golpista"): cancelamento da concessão da Rede Globo (e dos demais grandes meios de comunicação) por crimes contra o País. Estatização das empresas, sob o controle dos trabalhadores;
- Fim de todo tipo de censura, liberdade irrestrita de expressão, na imprensa, na Internet, nas ruas etc. Abaixo a "Lei Felca";
- Quebra do monopólio na Internet pelas grandes empresas privadas de telecomunicações. Internet gratuita para toda a população;
- Liberdade irrestrita de expressão; abaixo a censura.

2.11 Fim da ditadura dos bancos e da expropriação do povo

O Brasil tem os maiores juros reais do mundo. Os bancos roubam todos os dias o povo e ficam com quase 50% dos recursos arrecadados em impostos, que fazem falta para a saúde, educação, moradia etc. Culpa da fraudulenta dívida pública, que já foi paga várias vezes.

- Imediata redução das taxas de juros;
- Estatização do sistema financeiro; banco estatal único sob o controle dos trabalhadores;
- Fim da "independência" do Banco Central;
- Cancelamento das dívidas externa e interna com os bancos e grandes credores;
- Fim dos impostos sobre o consumo e os salários. Imposto somente sobre os ganhos dos capitalistas e grandes fortunas.

2.12 Abaixo a ditadura do judiciário e fim do regime antidemocrático

Vivemos em uma ditadura. O povo, acuado sob a ameaça da violência policial e empresarial, não tem mais direito a se expressar nem a lutar por seus interesses.

- Direito irrestrito de greve, contra todo tipo de intervenção do Estado nos sindicatos;
- Liberdade total de organização política e partidária. Partidos sob o exclusivo controle dos seus filiados; cancelamento das leis restritivas ("ficha limpa", "cláusula de barreira" etc.);
- Acabar com a ditadura do Judiciário, que atua acima dos demais poderes e pisoteia a vontade popular e a Constituição;

- Fim do Supremo Tribunal Federal (STF); eleição de todos os juízes e procuradores pelo voto popular e com mandatos revogáveis.

2.13 Fora o imperialismo da Amazônia e da América Latina

A ingerência estrangeira na Amazônia deve ser veementemente combatida; é preciso que o próprio País defenda o seu território e o desenvolva.

- Não à internacionalização da Amazônia e a toda a política de ingerência do imperialismo na região;
- Defesa da soberania e da unidade nacional, com o controle das organizações populares e dos índios sobre as riquezas do território amazônico e da sua exploração em benefício do povo;
- Em defesa de Cuba, Nicarágua e Venezuela. Todo apoio à luta do povo boliviano contra o regime ditatorial. Abaixo a ingerência dos EUA e da OEA; fora o imperialismo da América Latina.

2.14 Em defesa do futebol, do carnaval e de todas as manifestações da cultura popular

Para a burguesia e a direita e seus partidos, o povo não tem direito à festa, não tem direito à confraternização. Só ao trabalho e à opressão pela corja capitalista.

- Contra a política da direita de atacar sistematicamente todas as manifestações culturais do povo, como o carnaval, o samba e o futebol, garantir os recursos públicos necessários para o acesso à cultura e ao esporte, pondo fim aos monopólios do setor;
- Fim da perseguição às torcidas organizadas. Controle dos clubes pelos torcedores e pelos trabalhadores do setor;
- Pesados investimentos na cultura popular, patrocínio público das festas populares, sob o controle das organizações populares e dos trabalhadores do setor.

2.15 Abaixo a política de conciliação: por um governo dos trabalhadores

A crise capitalista avança e a burguesia prepara uma ofensiva ainda mais dura contra o povo depois das eleições. No futuro governo, seja qual for o eleito, virão pesados ataques contra a maioria da população. É preciso preparar a mobilização popular, o enfrentamento e a derrota dessa ofensiva.

- Nenhum apoio aos golpistas e neoliberais. Abaixo a política de conciliação. Ruptura da aliança com os partidos golpistas e inimigos das reivindicações dos trabalhadores;
- Defender os povos que se levantam em todo o mundo contra o imperialismo, de armas nas mãos e pelos meios que sejam necessários, como a Palestina, o Irã e a Rússia;
- Por um governo das organizações operárias e camponesas, sem patrões e sem golpistas.